



# miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 7, número 3, set.-dez. 2018

## SOCIOLINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: SABERES DOCENTES SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA



## SOCIOLINGUISTICS IN PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: TEACHING KNOWLEDGE ON LINGUISTICS VARIATION

José Marcos Ernesto Santana de FRANÇA  
Universidade Regional do Cariri, Brasil

Josefa Felix do NASCIMENTO  
SEMED Itabaianinha, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR  
RECEBIDO EM 15/08/2018 • APROVADO EM 02/02/2019

---

### Resumo

---

A temática da variação linguística é fato nos livros didáticos de Português, portanto é matéria de ensino nas aulas da disciplina. A presença dessa temática nos livros de Português é consequência das políticas educacionais de governo que instituíram avaliação e documentos oficiais, como a Prova Brasil e os PCN de LP, para nortear o ensino básico, e dos estudos sociolinguísticos nas últimas décadas, portanto requer um professor preparado para tratar do assunto com a devida propriedade. Tendo isso em vista, nossa pesquisa teve como principal objetivo analisar o nível de conhecimento e domínio dos professores de língua portuguesa que

atuam no Ensino Fundamental sobre a variação linguística e o seu ensino. Para atingir esse propósito, aplicamos questionários a 15 professores de português da rede pública de ensino do município de Itabaianinha, no Estado de Sergipe, e nos subsidiamos em conceitos da Sociolinguística Variacionista, a partir de autores como Labov (2008), Weinreich; Labov; Herzog (2006), Mollica (2010), Bortoni-Ricardo (2006) e outros. Os resultados obtidos apontaram que, embora os professores tenham reconhecimento do papel e da relevância dos preceitos da Sociolinguística em relação à variação linguística e os julguem importantes, eles demonstram não ter conhecimento do teor da Prova Brasil e dos PCN bem como não deterem domínio teórico efetivo para utilizá-lo em sua prática docente.

---

## Abstract

---

The theme of linguistic variation is a fact in Portuguese textbooks, so it is a subject of teaching in the classes of the discipline. The presence of this theme in Portuguese books is a consequence of government education policies that instituted evaluation and official documents, such as Prova Brasil and LP NCPs, to guide elementary education, and sociolinguistic studies in the last decades, thus requiring a teacher prepared to deal with the matter properly. With this in mind, our main objective was to analyze the level of knowledge and mastery of the Portuguese language teachers who work in Elementary School on linguistic variation and its teaching. In order to achieve this purpose, we applied questionnaires to 15 Portuguese teachers from a public education network in the city of Itabaianinha, in the State of Sergipe, and we subsidized concepts of Variationist Sociolinguistics from authors such as Labov (2008), Weinreich; Labov; Herzog (2006), Mollica (2010), Bortoni-Ricardo (2006) and others. The results show that, although teachers recognize the role and relevance of sociolinguistic precepts in relation to linguistic variation and consider them important, they demonstrate that they are not aware of the content of the Prova Brasil and the PCN, nor that they do not have an effective theoretical domain to use it in his teaching practice.

---

## Entradas para indexação

---

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Língua Portuguesa. Variação Linguística. Saberes Docentes.

**KEYWORDS:** Portuguese Language Teaching. Linguistic Variation. Teaching Knowledge.

---

## Texto integral

---

### INTRODUÇÃO

A pesquisa, cujos resultados aqui apresentamos, teve seu foco inicial nas discussões e questionamentos sobre a importância que está sendo dada aos preceitos e conceitos da Sociolinguística entre os professores no ambiente escolar em relação à abordagem e ao ensino da variação linguística nas aulas de língua portuguesa, principalmente no nível fundamental. Essas discussões se deram no âmbito da disciplina Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa, com alunos que estavam a um passo de concluírem o curso de Letras e se tornarem professores de

Português. A nossa “curiosidade” era avaliar como eles lidavam com tais questões e quais saberes sociolinguísticos levariam para as salas de aula onde iriam atuar. Daí surgiu também a “curiosidade” em avaliar os saberes sociolinguísticos daqueles que já atuavam como docentes.

Este artigo é resultado, portanto, de uma pesquisa aplicada a professores de Língua Portuguesa (LP) atuantes no Ensino Fundamental e Médio de um município do da região centro-sul do Estado de Sergipe, Itabaianinha, no primeiro semestre do ano de 2017. A iniciativa foi da Prof<sup>ª</sup>. Josefa Félix, então professora substituta da rede de ensino do referido município, que fez o convite ao segundo pesquisador, o coautor, que estava atuando como professor substituto de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Sergipe (UFS), à época.

O contato entre nós se deu por meio de um convite feito à referida professora para apresentar uma palestra em uma das aulas de Estágio sobre os recursos de textos imagéticos muito usados nos livros didáticos de Português e Espanhol. Essa tinha sido a temática de seu TCC de graduação. Nesse ensejo, discutiu-se a possibilidade de um trabalho em conjunto e a professora disse ter um projeto de pesquisa, que estava engavetado, pré-iniciado com entrevistas de professores e envolvia conceitos e preceitos da Sociolinguística e o uso do livro didático (LD) de Língua Portuguesa (LP). Era o projeto inicial de seu TCC que não vingou por falta de incentivo.

Decidido retomarmos a pesquisa, revisamos o projeto e as perguntas do questionário a ser aplicado a um maior número de informantes; no passo seguinte, estabelecemos os critérios e fizemos o recorte de quem seriam os informantes. No decorrer do processo, no entanto, ficou decidido que a pesquisa iria se restringir em sondar e analisar somente os domínios/conhecimentos docentes sobre variação linguística e a sua ação no processo de ensino de tal temática, deixando de fora a abordagem sobre o LD, pois essa questão já estávamos desenvolvendo em outra pesquisa de TCC.

A presença dessa temática nos LD de Português é consequência dos estudos sociolinguísticos desenvolvidos há algumas décadas e das políticas educacionais de governo que instituíram documentos e avaliações oficiais, como os *PCN* e a *Prova Brasil*, por exemplo, para nortear o ensino dessa disciplina no ensino básico. No bojo dessas políticas, a variação linguística entra como matéria obrigatória nos textos oficiais e nos LD destinados ao ensino de LP, assim como é parte indelével da formação docente em Letras. Por isso, para averiguarmos até onde os docentes informantes estavam alinhados com esses conhecimentos, traçamos as questões norteadoras principais de nossa pesquisa: que saberes os professores de LP conhecem e dominam sobre os conceitos e preceitos sociolinguísticos da variação linguística e o seu ensino? Como eles agem em relação a essa temática e ao preconceito linguístico em sua prática? Em busca de respostas para essas questões, nossa pesquisa teve como principal objetivo analisar e mostrar qual o nível de conhecimento e domínio que os professores de português, que atuam nos ensinos fundamental e médio, detêm sobre a variação linguística e o seu ensino nas aulas de LP e o teor dos documentos oficiais sobre o tema.

Para atingir esse propósito, aplicamos um questionário a professores<sup>1</sup> de uma rede pública municipal de ensino e nos subsidiamos em conceitos da Sociolinguística Variacionista e Educacional, a partir de autores como Labov (2008), Weinreich; Labov; Herzog (2006), Mollica (2010), Bortoni-Ricardo (2006) e outros. Para os objetivos deste trabalho, analisamos um *corpus* formado pelas respostas dadas pelos docentes informantes às perguntas constantes no questionário aplicado.

É importante esclarecer, desde já, que este trabalho não tem o intuito de apontar possíveis soluções propícias para com as práticas pedagógicas adotadas pelos professores em suas aulas, assim como também não tem o intuito de julgar ou apontar problemas quanto à prática de qualquer que seja o docente informante. Pretendemos mostrar, assim, o quanto a Sociolinguística pode contribuir para uma possível melhoria do quadro de ensino de LP, uma vez que ela problematiza e discute a necessidade de se trabalhar com um todo da realidade linguística dos falantes da língua, sem discriminar a variedade de uso, levando em conta os aspectos internos e externos que influenciam e constituem a língua e a sua variação e a competência comunicativa.

Para atender a sua finalidade, este trabalho está assim dividido: na primeira seção, apresentaremos a caracterização dos informantes e a metodologia da pesquisa; no segundo tópico, discutiremos as contribuições da Sociolinguística para o ensino de línguas e a formação docente; no terceiro tópico, analisaremos o *corpus* e discutiremos os resultados obtidos; e, por fim, apresentaremos nossas conclusões a partir das análises.

## **CARACTERIZAÇÃO DOS INFORMANTES E METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada com professores de Língua Portuguesa, a fim de que pudéssemos refletir sobre a contribuição da Sociolinguística no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, principalmente no que diz respeito à abordagem da variação linguística e ao trato do preconceito linguístico em sala de aula. Nesse passo, buscamos analisar e mostrar quais saberes sobre essas questões esses docentes conhecem e dominam e como agem em sua prática docente.

Trata-se de uma pesquisa de campo que foi realizada junto a 15 professores de LP atuantes em seis (6) escolas da Rede Pública de Ensino do município de Itabaianinha, situado na mesorregião centro-sul do Estado de Sergipe. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, a Rede possui 41 professores de LP, assim nosso recorte de 15 professores representa mais de trinta por cento (+30%) do total, o que, estatisticamente, é uma amostra bastante representativa. No entanto, dos 15 informantes iniciais, que se dispuseram a responder ao questionário, apenas 11 atenderam a nossa solicitação (todos professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, de turmas de sexto ano), o que ainda é um número expressivo do universo, pois ele representa em torno de vinte e sete por cento (27%).

Os formulários do questionário foram enviados e recebidos por meio de *e-mails*, portanto não houve quaisquer tipos de interferência dos pesquisadores em relação ao conteúdo das respostas fornecidas ou sobre a redação em si dos textos dessas respostas. A transcrição desses textos se deu de forma *ipsis litteris*, ou seja, fidedigna ao que seus respectivos autores escreveram, pois não é parte deste trabalho apontar ou tampouco avaliar a escrita, mas sim se debruçar sobre o seu conteúdo e analisá-lo dentro do escopo a que se propõe com base em seus objetivos.

Alguns desses professores, além de atuarem na Rede do município, atuam também na Rede Estadual de Ensino no mesmo município. Alguns com anos de experiência, outros com meses apenas de prática, portanto recém-formados. O mais antigo já atua na docência há 24 anos e o mais novo há apenas 4 meses (à época da pesquisa). Esses dados nos dizem que há docentes que estão há algum tempo fora da academia e podem não estar atualizados com os avanços e discussões mais recentes na área da Linguística, ou mais especificamente na da Sociolinguística. No contraponto, no entanto, temos docentes recém-egressos, o que nos leva a presumir, pelo menos em tese, que eles estejam mais atualizados com as “novidades” dos estudos linguísticos e, portanto, no mínimo, tenham conhecimento sobre os preceitos e conceitos da Sociolinguística Variacionista e Educacional relacionados à variação linguística, ao preconceito linguístico e o que dizem os textos oficiais sobre essas matérias e o seu ensino nas aulas de LP.

No estado de Sergipe, há somente uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública, uma universidade; uma universidade privada de grande porte e mais quatro faculdades privadas que oferecem cursos de Letras. Entre os professores informantes, seis (6) se formaram na universidade pública; quatro (4) na universidade privada; e um (1) em uma faculdade privada.

## **CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUAS E A FORMAÇÃO DOCENTE**

É notável que toda e qualquer língua varia e muda devido a diversos aspectos internos e externos, que envolvem sexo, escolaridade, nível sociocultural, região e outros fatores que envolvem o falante. Tudo isso é do interesse da Sociolinguística, uma das subáreas da Linguística, que, não por acaso, investiga os fenômenos da língua (as variações e mudanças) em relação com os aspectos sociais. Mollica (2010, p. 9) assim a define:

A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos da sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguístico concretos, em especial os de caráter heterogêneo.

A Sociolinguística com seus estudos busca entender as estruturações das línguas e o modo como elas funcionam. Não é espantoso o fato de que a língua está em constante mudança e, por isso, muda a cada dia, isso porque ela é um fenômeno social. Os estudos sociolinguísticos demonstram que as variações e mudanças linguísticas são decorrentes do tempo e do espaço. Ao entender que a língua se modifica conforme o tempo e o espaço e a uma dinâmica própria, se faz necessário trabalhá-la em sala de aula mostrando ao aluno a variedade linguística como diferenças comuns da língua e jamais como erros. Como asseguram Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 105): “Na realidade, a língua é caracterizada por oscilação sincrônica na fala dos indivíduos”, por isso é que “Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas” (MOLLICA, 2010, p. 9).

A noção de língua como passível de variações, mudanças e transformações é de extrema importância para se entender a língua portuguesa (enquanto língua natural) em seus aspectos gerais. Uma das preocupações da Sociolinguística é analisar e descrever os usos correntes, considerando circunstâncias ambientais, culturais, políticas, éticas, econômicas, dentre outras que ajudam a construir o tecido da sociedade. Sendo assim, o estudo da língua materna, enquanto fala de seus nativos, se faz muito importante na sala de aula dos dias de hoje para que os alunos possam perceber que a língua é viva e sofre alterações de acordo com os usos de seus falantes e que ela não é somente a que está na gramática, estagnada no tempo, como bem observa o texto dos PCN:

Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. (BRASIL, 1998, p. 29)

Vemos que há no texto oficial uma tentativa de conscientizar o leitor-professor<sup>2</sup> de que a Língua Portuguesa, apesar de apresentar uma unidade, é constituída de muitas variedades. Isso aponta para a necessidade de uma formação docente em Letras que compreenda a complexidade que envolve o processo natural de variação e mudança linguísticas da Língua Portuguesa, que é constituída de variedades linguísticas que se revelam no léxico, na fonologia, na sintaxe etc. Segundo Labov (2008), a variação traduz duas ou mais formas distintas de dizer a mesma coisa, ou seja, a pressuposição de formas linguísticas alternativas de expressar o mesmo significado ou função. Sendo assim, cada variável pode representar uma forma abstrata que se materializa nas suas formas variantes. Além disso, também esclarece que, em uma mesma comunidade linguística, podem ocorrer diferenças nos usos linguísticos por seus falantes. Parte-se do princípio, portanto, de que o professor de Português não pode e não deve desconhecer esses fenômenos naturais da língua; pelo contrário, o conhecimento desses fenômenos é imprescindível para o êxito do processo em sala de aula, nas aulas de LP, principalmente.

A Sociolinguística é um ramo da Linguística que “[...] estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais” (MOLLICA, 2010, p. 9); ou seja, ela observa as relações entre língua e sociedade e concentra-se nas diversidades linguísticas motivadas por fatores de ordem social e cultural. Mollica (2010, p. 10) nos diz ainda que “[...] a Sociolinguística considera a importância social da linguagem, dos pequenos grupos sócio-culturais a comunidades maiores.”

É importante que o ensino de língua portuguesa no Brasil adquira um perfil com base em pressupostos sociolinguísticos, pois é com base neles que os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem a participação crítica e reflexiva dos alunos perante as variedades linguísticas do idioma pátrio, uma vez que o fenômeno da variação linguística acontece na fala das diversas classes sociais, níveis de escolaridade e, portanto, não devemos idolatrar o mito de que existe uma forma correta de falar. Assim, nesse passo, a relação Sociolinguística e ensino de línguas nos remete à necessidade de compreender a variação linguística que abrange os fatores de verbalização do dialeto, como um fato natural, pois se trata do movimento de uma língua, que varia principalmente por fatores históricos, sociais e culturais. Isso porque “A variação linguística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes” (MOLLICA 2010, p. 10).

Weinreich, Labov e Herzog (2006) ao tratarem do “modelo de heterogeneidade ordenada”, afirmam que é necessário introduzir um conceito para dar conta da proposta teórica desenvolvida dentro daquilo que eles nomearam de “variação íntima”, ou seja, a variação dentro do próprio sistema linguístico: a *variável linguística*. Os autores a definem como “[...] um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra” (2006, p. 105).

Sendo assim, Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 107) afirmam que “Uma variável linguística tem de ser definida sob condições estritas para que seja parte da estrutura linguística [...]”. Seguindo, obviamente, essa orientação teórica, Tarallo (1997, p. 8) explica que “[...] variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável linguística*”. De acordo com o referido autor, as formas em variação recebem o nome de “variantes linguísticas”. Dessa forma, para os sociolinguistas, nas comunidades de fala, frequentemente, existirão formas linguísticas em variação, isto é, formas que estão em coocorrência (quando duas formas são usadas ao mesmo tempo) e em concorrência (quando duas formas concorrem entre si).

Em vista disso, cabe ao professor de LP reconhecer que o aluno vem de uma certa realidade sociolinguística que difere da dele ou da de seus colegas de turma e que, por essa razão, a sua realidade linguageira tende a manifestar-se na maneira como ele irá aprender a modalidade escrita da língua. Cientes de que a criança adquire a variedade linguística de sua comunidade de fala, na qual está inserida socialmente, e que a aprendizagem da língua materna independe de escolaridade, os PCN já chamam a atenção para esse fato:

Desde a infância, todos os falantes de uma língua comunicam-se com base em uma gramática internalizada, que independe da aprendizagem sistemática, pois se adquire pelo contato com os demais falantes. É a partir desse saber linguístico implícito que os usuários se fazem entender, de uma forma ou de outra, e deixam transparecer as marcas de sua origem, idade, nível sociocultural. (BRASIL, 1998, p. 57)

Diante disto, é preciso aceitar que a variedade linguística trazida pelo aluno para a sala de aula não deve e não pode ser tachada como sendo um “erro” de língua, mas deve, sim, ser ampliada. Afinal, a variedade de que ele faz uso é parte do vernáculo, da língua materna, que ele adquiriu, portanto, faz parte de sua gramática internalizada. Essa gramática permite ao usuário nativo de uma língua comunicar-se competentemente em sua comunidade e em outras situações comunicativas, ou seja, ela apresenta uma *competência comunicativa*<sup>3</sup> que “[...] independe da aprendizagem sistemática”.

Segundo Alkmim (2004), dentro de uma mesma comunidade de fala, pode haver diversos fatores relacionáveis às variações observadas nas línguas; entre eles, a origem geográfica, a idade e o sexo diferente das pessoas levam a falar distintamente. Portanto, não se trata de determinar o certo ou errado na língua, mas de tratar as diferenças linguísticas existentes nessa língua (em respeito ao princípio da alteridade) como uma realidade inerente a toda e qualquer língua.

Alkmim (2004, p. 34) diz ainda que é possível “[...] descrever as variedades linguísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)”: a variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas; a variação social está relacionada a um conjunto de fatores relativos à identidade dos falantes e também à organização sociocultural da comunidade de fala, como: classe social, idade, sexo, situação ou contexto social (neste caso, são chamadas de variações estilísticas ou registros).

A Sociolinguística passa a dar suporte teórico para os debates que, principalmente nas últimas décadas do século XX, sustentavam mudanças de paradigmas para o ensino de língua, motivados, como afirma Soares (2009), pela massificação do ensino e pela inserção de uma nova clientela nos bancos escolares. Por isso era preciso assumir o princípio de que toda e qualquer língua é marcada pela heterogeneidade de usos que caracterizam as variações linguísticas, reconhecidas como um fenômeno que está presente em todas as línguas particulares. Nesse sentido, Faraco (2008, p. 33) afirma que:

No plano empírico, uma língua é constituída por um conjunto de variedades. Em outras palavras, não existe língua para além ou acima do conjunto das suas variedades constitutivas, nem existe a língua de um lado e as variedades de outro, como muitas vezes se acredita no senso comum: empiricamente a língua é o próprio

conjunto das variedades. Trata-se, portanto, de uma realidade intrinsecamente heterogênea.

Diferentemente dos estudos tradicionais de língua, de base normativo-gramatical, que legitimam apenas o uso da norma padrão, Mollica (2010, p. 13) ressalta que:

Os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística natural e legítima.

Percebe-se, portanto, que os estudos sociolinguísticos polemizam a concepção de erro em língua e trazem à tona preconceitos linguísticos existentes (de forma camuflada) contra as variedades não padrão e o reflexo disso para os falantes dessas variedades. Isso porque se estabelece uma relação direta entre classe social do falante e os “erros de português” cometidos: quanto mais baixa a classe social a que pertença o falante mais “erros de português” serão cometidos porque ele estaria mais distante da língua padrão. Segundo Bortoni-Ricardo (2006, p. 72), no entanto,

Todo falante nativo de português, independentemente de sua posição no contínuo de urbanização e independentemente também do grau de monitoração estilística na produção de uma tarefa comunicativa, produz sentenças bem formadas, que estão de acordo com as regras do sistema da língua que esse falante internalizou. Essas sentenças podem seguir as regras da chamada língua-padrão ou as regras das variedades rurais ou urbanas. Em um ou outro caso, serão bem formadas.

Seguindo esse princípio de que qualquer falante nativo sabe produzir sentenças bem formadas, independentemente da variedade linguística que utilize, “Não se pode confundir, pois, o conceito de sentenças bem formadas, que provém da noção de competência, com a noção de ‘erro’ que as nossas gramáticas normativas defendem” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 72). Nesse sentido, chegamos à noção de *competência comunicativa*: é a competência que permite a um falante saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores em quaisquer circunstâncias, fazendo uso de normas de adequação definidas em sua cultura, independentemente da variedade linguística utilizada.

Desse modo, o foco da discussão não estaria na abordagem do certo ou do errado, mas naquilo que seria considerado “adequado” ou “inadequado” em função dos usos sociais da língua. Ou seja, não se concebe um erro linguístico, mas uma inadequação de uso linguístico. Para a ciência da linguagem não há erro de língua,

apenas uma inadequação de uso da variedade a depender do contexto social de uso.

Já está explicitamente assumido no texto dos PCN-LP o tema da variação linguística como parte constitutiva de toda e qualquer língua e, portanto, não poderia ser diferente com a Língua Portuguesa, daí o ensino de Português não poder prescindir desse tema como conteúdo de ensino, pois seria a tomada de consciência de que:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em 'Língua Portuguesa' está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. (BRASIL, 1998, p. 29)

De acordo, ainda, com os PCN-LP a escola deve oferecer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos, desenvolvendo as habilidades de: a) leitura e escrita conforme seus propósitos e demandas sociais; b) expressar-se adequadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato; c) refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.

Portanto, os estudos da Sociolinguística contribuíram de forma decisiva para a introdução do ensino da variação linguística nos livros didáticos e promoveram uma reflexão sobre o ensino de línguas de um modo geral, à medida que tratou da relação entre língua e sociedade e evidenciou o caráter heterogêneo de toda e qualquer língua. De acordo com Martins, Vieira e Tavares (2014, p. 10), a Sociolinguística Variacionista contribuiu para os estudos da língua, principalmente, nos seguintes aspectos:

- (i) definição apurada de conceitos básicos para o tratamento adequado dos fenômenos variáveis;
- (ii) reconhecimento da pluralidade de normas brasileiras, complexo tecido de variedades em convivência; e
- (iii) estabelecimento de diversas semelhanças entre o que se convencionou chamar "norma culta" e "norma popular", não obstante os estereótipos linguísticos [...] facilmente identificados pela maioria dos falantes.

Além disso, os referidos autores apontam, também, quais os "[...] princípios que devem nortear a prática do professor de Português" (MARTINS; VIEIRA; TAVARES, 2014, p. 11): as concepções de normas podem ser estabelecidas em dois planos: o idealizado e o concreto; fala e escrita praticam normas diferentes; norma é diferente de registro/modalidade é diferente de registro.

Os autores, ao final do texto, defendem que “[...] o conhecimento científico e a prática pedagógica precisam estar mais próximos e caminhar juntos, para que sejam alcançados os objetivos postulados para o ensino de português no país [...]” (MARTINS; VIEIRA; TAVARES, 2014, p. 34), por isso é preciso que haja uma atenção maior no processo de formação docente em Letras, no sentido de formar professores de língua com bases científicas mais sólidas para tratar de forma científica os fenômenos linguísticos, principalmente a variação linguística, pois é sobre ela que, invariavelmente, recaem as mais duras críticas.

## SABERES DOCENTES SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O SEU ENSINO

Nesta seção, faremos as análises do *corpus* coletado. Elas se darão sobre algumas das respostas dadas a algumas perguntas entre as doze constantes no formulário. O nosso recorte se deu por conta dos limites do gênero aqui produzido: o espaço do artigo nos obrigou a selecionar as que julgamos mais pertinentes para a discussão em foco.

**Questão 1:** Há quanto tempo exerce atividade docente como professor de língua portuguesa (LP)?

Informante	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11
Tempo	12a	3a	6m	9a	6a	5a	4m	24a	8a	20a	6a

Legenda: m = meses; a = anos; p = professor informante

As respostas dadas à primeira pergunta, nos proporcionou montar a tabela anterior. Pelos dados coletados, temos o tempo de atuação docente e prática pedagógica desses professores, que varia de meses a anos.

A Sociolinguística figura como disciplina nos currículos de cursos de Letras já há três décadas, pelo menos, e os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) (documento oficial de governo que “parametram”, orientam o ensino brasileiro, inclusive o de Língua Portuguesa), há duas décadas, portanto, diante desse fato, criamos a expectativa de que os professores participantes desta pesquisa estivessem atualizados com os conceitos e preceitos sociolinguísticos, porque a maioria absoluta dos informantes se formou e passou a atuar profissionalmente no bojo das discussões promovidas pelos estudos sociolinguísticos sobre a “legalidade” e “legitimidade” das variedades linguísticas e a sua abordagem como conteúdo de ensino a figurar nos livros didáticos, como forma de combater e desfazer o preconceito linguístico, não só na escola como também na sociedade como um todo.

Os saberes advindos da Sociolinguística e presentes nos documentos oficiais deveriam ser de conhecimento de todos os professores de LP (e de domínio, pelo menos em tese). Sendo assim, esperamos, pois, que as respostas dadas às perguntas do questionário aplicado, ou seja, os dizeres desses professores,

revelam, de fato, uma atuação docente em acordo com uma postura de quem conhece e domina os preceitos e conceitos da Sociolinguística sobre a variação linguística e a sua legitimidade por se tratar de um fenômeno linguístico corriqueiro. Em vista disso, as variedades linguísticas não podem ser vistas e apontadas como erros de língua que precisam ser extirpados da fala do aluno. Pelo contrário, deve-se trabalhar a conscientização de que a variedade que o aluno domina não é “inferior” às variedades de prestígio.

Em síntese, o tempo de formação e de atuação docente desses professores garantem que eles tiveram, pelo menos na formação, algum conhecimento ou contato com a Sociolinguística e a temática da variação linguística e a sua abordagem no ensino de Língua Portuguesa ou língua materna. É o que veremos a partir das respostas dadas à próxima questão.

**Questão 2:** Em sua formação, você teve contato com os conceitos e princípios da Sociolinguística? Em caso positivo, como, de que forma, isso contribuiu para sua formação como professor de Língua Portuguesa?

Para essa pergunta, vejamos o que responderam os informantes e o que os seus dizeres revelam. Analisemos o que diz P1:

*P1: Em minha formação tive contato com a Sociolinguística sim, e foi o ramo que mais me identifiquei na verdade. Ela contribuiu para entender melhor as alterações sofridas pela língua, alterações profundas devido a fatores sociais, culturais e regionais.*

A fala de P1 é bastante significativa na medida em que ele admite a contribuição da Sociolinguística no seu processo de conscientização de que é próprio da língua a variação linguística, chegando a dizer que foi a disciplina com a qual mais se identificou: “*Em minha formação tive contato com a Sociolinguística sim, e foi o ramo que mais me identifiquei na verdade*”. Como P1 assinala que foi o ramo com o qual mais se identificou, deduzimos que haja uma afinidade dele com os conteúdos, preceitos e conceitos sociolinguísticos, apontando, portanto, como consequência disso, que conhece e pratica o que diz esse ramo da Linguística. Até porque, segundo ele, “*Ela contribuiu para entender melhor as alterações sofridas pela língua, alterações profundas devido a fatores sociais, culturais e regionais*”, e isso seria o primeiro passo, pelo menos, para a tomada de consciência de que as variedades linguísticas não cultas, ou não prestigiadas, com as quais os alunos chegam à escola, não podem e não devem ser tomadas como formas distorcidas da dita norma padrão e que precisam ser corrigidas. Além disso, P1 demonstra conhecer que as variações linguísticas são consequência de fatores intervenientes externos à língua, mas que são determinantes no processo de variação e mudança linguística.

Em comunhão com a fala de P1, P9 também sinaliza para a “fundamental relevância” da Sociolinguística “na formação acadêmica”:

*P9: Sim, a sociolinguística é de fundamental relevância na formação acadêmica, através dessa ciência pude ampliar meus horizontes, desenvolver o conhecimento e habilidades para trabalhar o dia a dia com os alunos, aplicando e respeitando toda nossa diversidade cultural. Entender a causa de tantos bloqueios e paradigmas no processo ensino-aprendizagem.*

Apesar de num primeiro momento P9 generalizar essa relevância na formação acadêmica, portanto de todo e quaisquer professores em formação (“[...] a sociolinguística é de fundamental relevância na formação acadêmica [...]”), ele em seguida particulariza, se colocando como um dos beneficiários que recebeu essa formação que lhe possibilitou “[...] ampliar meus horizontes, desenvolver o conhecimento e habilidades para trabalhar o dia a dia com os alunos, aplicando e respeitando toda nossa diversidade cultural”. Ele assinala que foi “através dessa ciência” (a Sociolinguística) que a sua visão sobre o fenômeno linguístico foi ampliada, levando, inclusive a “Entender a causa de tantos bloqueios e paradigmas no processo ensino-aprendizagem”. Ora, se assim o é, logo, podemos inferir que P9 é um professor que não trata com indiferença ou preconceito as variedades linguísticas não cultas e a diversidade linguística.

Apesar de todos os docentes afirmarem ter conhecimentos sobre a importância da Sociolinguística no processo de sua formação, pois afirmaram que “sim”, tivemos, no entanto, alguns informantes cujas respostas não expõem de que forma os preceitos da Sociolinguística contribuíram em sua formação, como são os casos de P3 e P7:

*P3: Sim, é uma área muito atrativa.*

*P7: Sim, porém não houve pontos positivos que eu esteja utilizando para o ensino regular.*

Eles não respondem à questão de forma estrita, portanto não atende ao que é solicitado e demonstram não ter compreendido o que é solicitado no enunciado (no comando da questão). Tanto na fala de P3 quanto na de P7, pela forma como formularam suas respostas, é possível inferir que a Sociolinguística não fez alguma diferença em sua formação porque eles não a detiveram como conhecimento, como saber adquirido e útil a sua prática docente.

Já P8, ao usar a expressão “um pouco”, modaliza o seu dizer e não evita ser tão categórico em admitir que ignora o teor da pergunta e, assim, expor a face negativa da sua falta de conhecimento e domínio dos conceitos e preceitos sociolinguísticos denunciados na sequência de sua fala:

P8: *Um pouco. A sociolinguística nos faz refletir além do ouvimos e nos proporciona muitas oportunidades de aprender a respeito de outras línguas.*

P8 é o único que admite não ter tido pleno contato com a Sociolinguística, apenas “*um pouco*”, embora reconheça a importância da ciência para um processo reflexivo e de respeito às variedades linguísticas (fazemos aqui uma leitura, talvez, por inferência, de que “*outras línguas*” seja equivalente de variedades linguísticas dado o contexto em que P8 se expressou). Até onde apresentamos e discutimos sobre o papel e as contribuições da Sociolinguística, não nos consta que esteja entre essas atribuições (isto é, no seu arcabouço teórico) “*nos proporciona muitas oportunidades de aprender a respeito de outras línguas*”.

Contudo, é preciso observar que no documento oficial que rege a formação docente em Letras, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (DCCL), consta o seguinte texto: “[...] o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de *ter consciência das variedades lingüísticas e culturais*” (BRASIL, 2001, p. 30 [grifo nosso]).

**Questão 3:** A contribuição da Sociolinguística dentro do ensino de LP o ajudou a se desfazer do preconceito linguístico e a aceitar a variação linguística como parte integrante de uma língua? Comente.

A essa pergunta, dez dos onze informantes afirmaram que “sim” e apenas um afirmou que “não”:

P3: *Não, pois por mais que ensinemos a respeito das mudanças sofridas na língua no decorrer dos anos, muitos alunos insistem em manter firme a concepção do falar certo e do falar errado.*

A resposta dada por P3 é significativa ao tempo que é intrigante: a pergunta é direcionada para o fazer docente, para a tomada de consciência por parte do docente, como pretende o discurso oficial presente no texto das DCCL (2001 [conforme visto anteriormente]), no entanto, ele redireciona para os alunos. O que a resposta de P3 demonstra é que para ele o preconceito linguístico é cometido pelos alunos que se mantêm conservadores (‘firme’) em relação à “concepção do falar certo e do falar errado.” Ele se posiciona como alguém que ensina a respeito “das mudanças sofridas na língua no decorrer dos anos”, mas a não aceitação desse fato parte dos alunos, por isso, no contraponto, ao contrário dele, são os alunos que sustentam o preconceito linguístico.

Embora não seja categórico, como o fez P3, P8 se posiciona de forma moderada:

P8: *Eu não diria que desfaz o preconceito, mas, com certeza ajuda em relação aos ensinamentos de que o aluno deve respeitar a linguagem do outro e, assim aceitar as diversas variações linguísticas, os vários dialetos da língua.*

Ele faz uma ressalva negativa em relação à eficiência dos preceitos sociolinguísticos em desfazer o preconceito linguístico, porém reconhece a sua ajuda para a tomada de consciência “de que o aluno deve respeitar a linguagem do outro” como um primeiro passo, pelo menos, para “aceitar as diversas variações linguísticas, os vários dialetos da língua.” Na fala de P8, assim como na de P3, há um claro vestígio de que o seu saber sobre variação linguística e preconceito linguístico se dá de forma científica a partir dos conceitos sociolinguísticos demonstrados pelo uso da terminologia própria da ciência, como também se dá na fala de P2:

P2: *Sim, pois ensinar que não existe o falar errado é algo que mexe com o aluno e, é nesse instante que se pode aproveitar para explicar sobre o que seria certo, errado ou simplesmente aceitável. Seria trabalhar com a questão do preconceito linguístico.*

P2 demonstra ter “consciência” do discurso sociolinguístico sobre a concepção de erro na língua (*não existe o falar errado*), ou seja, trata-se de um conceito relativo.

Mas houve respostas “exaltadas” que não ficaram apenas nas afirmativas, simplesmente, acrescentando advérbio ou uma expressão denotadora de intensidade, nos casos de P1, P5 e P11:

P1: *Sim, bastante! E hoje ensino para os meus alunos que as variações devem ser aceitas dentro do contexto em que estiverem inseridos. Nunca ninguém falará igual, certinho todo o tempo. Inclusive amo trabalhar esse conteúdo!*

P5: *Sim, a formação sociolinguística foi de extrema importância para que eu não mantivesse qualquer ideia equivocada acerca do domínio da Língua Portuguesa. Embora, eu já apresentasse um respeito acerca das variações linguísticas no meu dia-a-dia o estudo da Sociolinguística possibilitou-me que eu tivesse um conhecimento científico acerca do assunto.*

P11: *Com certeza, essas variantes ocorrem por fatores históricos e culturais de cada região, é importante revê-las como uma necessidade de comunicação e não como erro.*

Essa forma “exaltada” é demonstrada pelas expressões “bastante!” e “com certeza”, assim como também ocorre na fala de P5 com o uso de “extrema”, o que

nos leva a inferir uma necessidade de se mostrar atualizada com tal conhecimento. No entanto, dentre as respostas a essa pergunta, apesar de serem “exaltadas”, as de P1, P5 e P11 foram as que demonstraram deter um saber “consciente” sobre o papel e a importância de uma formação baseada no “conhecimento científico acerca do assunto.”

A presença da terminologia sociolinguística aponta para esse conhecimento. A maior parte dos professores entrevistados afirmou que a inserção dos ensinamentos sobre a Sociolinguística no âmbito escolar tem favorecido muito para a desconstrução do preconceito linguístico na sociedade, isso por vários motivos, o que vai desde a reflexão sobre o preconceito linguístico até as explicações sobre as mudanças sofridas na língua no decorrer dos anos.

**Questão 11:** Você tem conhecimento do que dizem os PCN sobre a inserção da sociolinguística na sala de aula? Costuma consultar os PCN para melhor preparar as aulas?

Apesar de os PCN serem um documento muito importante para os educadores, eles se mantêm de certo modo ignorado pelos professores que demonstraram não fazer consulta no momento de elaborar/planejar suas aulas, no entanto todos confirmaram que conhecem o documento, embora não o utilize/consulte no decorrer de sua prática docente. A fala de P1 parece-nos ser a mais expressiva entre todos os informantes, pois ele não só avalia a insuficiência do documento por si só como também a falha do sistema educacional municipal no qual está inserido, na medida em que a instituição responsável pelo planejamento ignora o documento oficial de referência que deveria ser basilar para os planejamentos dos professores.

*P1: Às vezes consulto os PCN'S sim, mas não acredito que só por eles sejamos contemplados em sala de aula com abordagem dos conteúdos. Costumo aproveitar fatos cotidianos da nossa escola, da sala de aula, e acrescento com o assunto que vem no livro.*

*Um ponto negativo é que os PCN'S não são abordados nas semanas de planejamento, não ficam à disposição em salas de professores e terminamos esquecendo um pouco de lê-los.*

A questão é: se a instância maior que planeja os caminhos da educação municipal ignora os PCN, como, então, cobrar dos professores? (*Um ponto negativo é que os PCN'S não são abordados nas semanas de planejamento, não ficam à disposição em salas de professores[...]*). Esse fato, portanto, pode nos apontar para o desconhecimento do documento e de seu conteúdo ou o despreparo dos gestores da educação local para com a necessidade de proporcionar formação continuada para os seus professores e tornar o conteúdo dos PCN matéria de conhecimento de

todos os professores da Educação Básica, em nosso caso específico, os de Língua Portuguesa.<sup>4</sup>

Além de P1, apenas P4 e P8 afirmaram que faziam consulta aos PCN de forma ocasional:

P4: *Sim. Os consulto sempre posso.*

P8: *Sim. Sempre que posso os consulto, pois, o considero um documento muito importante para aqueles que trabalham no âmbito educacional.*

Os demais informantes afirmaram ter conhecimento do documento, mas não os consultava. No entanto, é preciso atentar para o fato de que a primeira pergunta que compõe a questão é sobre ter conhecimento do conteúdo do documento no que trata sobre os preceitos e conceitos sociolinguísticos que ele contém e não sobre se conhece o documento. Pelas respostas dadas, nos parece que isso não foi devidamente compreendido.

**Questão 12:** Você tem conhecimento de que trata o tópico VI da matriz de referência da Prova Brasil? Qual o descritor desse tópico e de que ele trata?

A matriz de referência, tópicos e descritores da Prova Brasil, no tópico VI, trata justamente da variação linguística cujo descritor (D13) “[...] avalia a habilidade do aluno de perceber as marcas lingüísticas identificadoras do locutor e do interlocutor, assim como situações de interlocução do texto e as possíveis *variações da fala*” (BRASIL, 2011, p. 101 [grifo nosso]). Afirma ainda o documento, na mesma linha dos PCN, que:

As variações lingüísticas, evidentemente, manifestam-se por formas, marcas, estruturas que revelam características (regionais ou sociais) do locutor e, por vezes, do interlocutor a quem o texto se destina. Essas variações são, portanto, resultado do empenho dos interlocutores para se ajustarem às condições de produção e de circulação do discurso. (BRASIL, 2011, p. 101)

Embora seja a *Prova Brasil* um mecanismo oficial criado para avaliar a qualidade de ensino das escolas, principalmente no que se refere às habilidades em LP, tendo como foco principal a leitura, a maioria absoluta dos professores (oito) afirmou desconhecer, ou seja, deram “não” como resposta. Apenas P1, apesar de ter respondido “não”, se predispõe a “buscar maiores informações” sobre a avaliação oficial do MEC para o Ensino Fundamental:

P1: *Não, mas irei buscar maiores informações!*

O informante P7 admite não ter conhecimento sequer de que exista a *Prova Brasil*:

P7: *Não tive conhecimento da prova Brasil ainda, sendo assim não trabalhei com eles.*

Ao contrário dos demais que, ao darem como resposta uma negativa, subentende-se que pelo menos eles têm conhecimento de sua existência, embora desconheça o seu conteúdo. Já P8 afirma ter lido “uma vez ou duas”, mas admite não se recordar de que ele trata:

P8: *Os li uma vez ou duas vezes, mais de maneira muito rápida. Não me recordo do que trata esse tópico.*

O que nos diz que ele não fez uma leitura efetiva do texto do documento como algo pertinente e relevante para a sua formação e prática docentes. É bem verdade que não esperávamos que todos tivessem esse conhecimento de forma pronta, decorada, mas que, também, não desconhecêssem, pelos menos de todo, a existência do documento e da avaliação que é aplicada bianualmente e com ampla divulgação dos resultados nas unidades de ensino de todo o país, pois esses resultados são enviados para todas as escolas participantes do processo, com as médias nacional, regional, estadual e da unidade de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no *corpus* analisado, alguns dos docentes entrevistados desconhecem ou nunca tiveram contato com os documentos oficiais, como os *PCN* e as matrizes de referência e os descritores da *Prova Brasil*. Ora, esses documentos deveriam ser de conhecimento obrigatório de todos que fazem a Educação no país, especialmente os professores de LP, posto que os *PCN* orientam a base de ensino e a *Prova Brasil* se trata de uma avaliação oficial direcionada à capacidade de leitura de concludentes do EF menor e maior, portanto, diz respeito diretamente a esses docentes. Tanto nos *PCN* de LP quanto nas matrizes e descritores da *Prova Brasil* há uma abordagem específica sobre o ensino da variação linguística como parte integrante do ensino de LP e, portanto, cobrado na avaliação, por isso, o professor de Português do EF não pode simplesmente desconhecer ou ignorar o assunto. Pelo contrário, ele tem a obrigação de não apenas conhecer, mas também de ter um certo domínio teórico da matéria.

Com esta pesquisa, pretendemos discutir e analisar o nível de conhecimento e domínio de professores de língua portuguesa que atuam no EF sobre a temática da variação linguística e o seu ensino, presente tanto nos documentos oficiais que regem o ensino de LP quanto nos livros didáticos com os quais eles trabalham. Em vista disso, abordamos também preceitos da Sociolinguística que vão além da abordagem variacionista: a educacional, cujo foco é o desempenho da competência comunicativa, com base num conceito amplo de variação linguística, que vai além de conhecer a diversidade do português brasileiro.

Os resultados apontaram, no entanto, que, embora os professores tenham reconhecimento do papel e da relevância dos conceitos e preceitos da Sociolinguística em relação à variação linguística e o seu espaço nas aulas de LP, e os julguem importantes, eles demonstram não ter conhecimento do teor dos documentos oficiais sobre a matéria assim como não ter domínio teórico efetivo para aplicá-lo em sua prática docente, mesmo aqueles que se formaram no curso de Letras recentemente. Portanto, os resultados nos serviram para mostrar que a Sociolinguística, que vai além de, necessariamente, conhecer e respeitar a diversidade, pois envolve, também, a sua sistematização e um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz, no que tange aos usos linguísticos: respeitar a competência comunicativa do falante.

## Notas

<sup>1</sup> Parte desses professores também atua no Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino no mesmo município.

<sup>2</sup> Assim nos referimos com essa terminologia porque os PCN têm como público-alvo o professor.

<sup>3</sup> Esclareceremos esse termo mais adiante.

<sup>4</sup> Certamente essa não é uma situação isolada, particular do município e dos professores participantes desta pesquisa. A realidade é que os PCN não chegaram para todos. Diferentemente do que propalou o MEC à época da publicação dos PCN, de que todos os professores do país receberiam pelo menos um exemplar, isso de fato não ocorreu como o anunciado.

---

## Referências

---

ALKMIM, T. M. Sociolingüística (parte I). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 21- 47

BORTONI-RICARDO, S. M. Competência comunicativa. In: \_\_\_\_\_. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 71-78

BRASIL. *Diretrizes curriculares para os cursos de letras*. Parecer N.º: CNE/CES 492/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acessado em: 22 out. 2011

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores*. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2011.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Alves Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. Contribuições da sociolinguística brasileira para o ensino de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (orgs.). *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 9-35

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 9-14

SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2009.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Série Princípios)

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. trad. de Marcos Bagno [...]. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

---

## Para citar este artigo

---

FRANÇA, José Marcos Ernesto Santana de; NASCIMENTO, Josefa Felix do. Sociolinguística no ensino de língua portuguesa: saberes docentes sobre variação linguística. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 7, n. 3, p. 643-662, set.-dez. 2018.

---

## Os autores

---

**José Marcos Ernesto Santana de França** é doutor em Linguística e professor-assistente do Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri.

**Josefa Felix do Nascimento** é graduada em Letras-Espanhol pela faculdade Pio X e professora na rede municipal de ensino de Itabaianinha/SE.